

Aprovação científica

A pesquisa foi publicada na Revista *Ciência & Saúde Coletiva*, um dos periódicos científicos mais respeitados no meio acadêmico nacional e internacional. A revista publica debates, análises e resultados de investigações sobre temas específicos considerados relevantes para o debate sobre Saúde Coletiva. Toda a metodologia foi aprovada por pareceristas anônimos, especialistas no campo, e nomeados pela revista para a revisão do estudo antes de sua publicação. O artigo com os dados completos poderá ser lido em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/002.pdf>.

O estudo foi financiado pelo projeto Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Mulher - Política Nacional de Planejamento Familiar, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Coordenação da pesquisa

Prof^a Dra. Debora Diniz: antropóloga, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília e pesquisadora da organização não-governamental Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

Prof. Dr. Marcelo Medeiros: economista e sociólogo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e pesquisador da organização não-governamental Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

A **Campanha 28 de Setembro pela Despenalização do Aborto na América Latina e no Caribe** foi criada no V Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado na Argentina em 1990. As participantes escolheram 28 de setembro como o dia de sua campanha anual, e desde 1993 a data é marcada com ações de visibilidade para a questão do aborto, por protestos e reivindicações por reformas legais. Os objetivos históricos da campanha são a humanização dos serviços de atenção à saúde das mulheres, a redução dos índices de mortalidade materna, o cumprimento de leis que permitem o aborto, a descriminalização e legalização do aborto.

Para as integrantes da **Campanha 28 de Setembro**, sobre o aborto as mulheres decidem, a sociedade respeita e o estado garante.

A Coordenação Regional da Campanha atualmente é exercida pela Colectiva Mujer Salud, da República Dominicana. No Brasil, o Ponto Focal é a Rede Feminista de Saúde, em parceria com o Grupo IMAIS, de Salvador (Ba).

Rede Nacional Feminista de Saúde
Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Filiada à Rede de Saúde das
Mulheres Latinoamericanas e
do Caribe (RSMLAC) e à Rede
Mundial de Mulheres pelos
Direitos Reprodutivos (RMMDR)

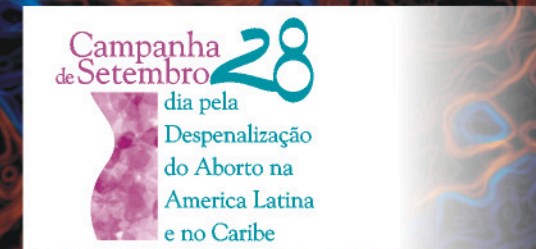
A Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política do movimento de mulheres, fundada em 1991, comprometida com a defesa da atenção integral à saúde das mulheres, a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sem coerção, e a defesa do Sistema Único de Saúde, público, universal e equitativo.

Av. Salgado Filho, 28, cj 601 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Brasil - CEP 90010-220 - Fone/fax: 51 32.12.49.98
E-mail: redesaude@redesaude.org.br - www.redesaude.org.br

Secretaria Executiva: Telia Negrão (Coletivo Feminino Plural) Porto Alegre /RS
Secretaria Adjunta: Maria Luísa P. de Oliveira (Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras) Porto Alegre /RS

Conselho Diretor: BAHIA - Maria José de Oliveira Araújo (IMAIIS)
DISTRITO FEDERAL - Karen Lúcia Borges Queiroz (Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus) MINAS GERAIS - Maria Beatriz de Oliveira (Associação Mulheres do Graal) PARÁ - Maria Luisa Carvalho Nunes (Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - Cedenpa) PARANÁ - Maria Goretti Lopes (Espaço Mulher) RIO DE JANEIRO - Santinha Tavares dos Santos (Centro de Documentação e Expressão Coisa de Mulher) RIO GRANDE DO SUL - Maria Noelci Teixeira Homero (Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras) SANTA CATARINA - Clair Castilhos (Casa da Mulher Catarina) SÃO PAULO - Rosa de Lourdes A. dos Santos (União Brasileira de Mulheres)

design: Vit Núñez



Setembro 2010



REDE
Feminista
DE SAÚDE
REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE
DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

ABORTO NO BRASIL

PESQUISA NACIONAL PERGUNTA

VOCÊ JÁ FEZ ABORTO?

Maior estudo sobre a magnitude do aborto no Brasil mostra que uma em cada cinco mulheres já realizou aborto ao final da vida reprodutiva

28 de Setembro

Dia Internacional de Luta pela Despenalização do Aborto na América Latina e no Caribe 2010

Na urna, as mulheres contaram

Pela primeira vez foi realizado um estudo de magnitude do aborto no Brasil com uso de métodos diretos de coleta de dados: 1 em cada 5 mulheres já realizou aborto. A pesquisa, conduzida por pesquisadores da Universidade de Brasília e pelo instituto de pesquisa Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, foi realizada com rigor científico pioneiro para o tema, utilizando-se técnicas de urna, o que garantiu o sigilo das mulheres entrevistadas e a precisão dos dados.

A Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, parceira de Anis na defesa dos direitos humanos das mulheres, feminismo e justiça entre os gêneros, considera que as ações pelas reformas legais em defesa do direito ao aborto, uma decisão que pertence às mulheres, devem estar ancoradas em dados confiáveis.

Ao marcar a data do **Dia 28 de Setembro de 2010 - Dia Internacional de ação pela despenalização do aborto na América Latina e no Caribe**, Rede e Anis colaboram para democratizar o conhecimento obtido pelas pesquisas e ações que promovam e assegurem os direitos fundamentais das mulheres: a uma vida sem violência, às decisões reprodutivas sem coerção, ao exercício da saúde integral assegurada pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O estudo

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) é uma pesquisa nacional desenhada para representar o que ocorre com a vida reprodutiva das mulheres urbanas alfabetizadas de 18 a 39 anos no Brasil. Trata-se de uma pesquisa por amostragem, desenhada de modo rigorosamente científico, por pesquisadores da Anis e da Universidade de Brasília. Seus questionários foram testados previamente e as entrevistas levadas a campo pela Agência IBOPE Inteligência. A primeira fase da PNA combinou duas técnicas de sondagem, técnica de urna e questionários preenchidos por entrevistadoras, para levantar dados sobre aborto no Brasil urbano em uma amostra estratificada de 2.002 mulheres alfabetizadas com idades entre 18 e 39 anos em 2010.

Seus resultados referem-se a mulheres que fizeram aborto, e não a abortos. Há uma diferença conceitual porque uma mesma mulher pode abortar mais de uma vez. A pergunta principal da pesquisa era “Você já fez aborto?”. Este tipo de pergunta foi

desenhado e testado para captar, predominantemente, o aborto induzido, distinguindo-o do aborto espontâneo. Na técnica de urna as entrevistadas responderam a um questionário em sigilo e o depositaram em uma urna. A entrevista apenas de mulheres alfabetizadas é necessária pois as próprias mulheres preenchem os questionários de suas entrevistas. A zona rural do Brasil não foi estudada ainda porque seus elevados níveis de analfabetismo impedem que as mulheres respondam elas mesmas os questionários. Devido ao desenho rigoroso, as margens de erro da pesquisa são baixas, em geral inferiores a dois pontos percentuais (margem que, por razões estatísticas, oscila de acordo com a variável analisada).

A Pesquisa Nacional de Aborto está organizada em duas frentes. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório sobre o fenômeno do aborto entre mulheres de 18 a 39 anos do Brasil urbano. A primeira frente, quantitativa, traçou a magnitude do aborto entre as mulheres, com uso da técnica de urna secreta. Foram entrevistadas 2002 mulheres alfabetizadas, com cobertura em todo o Brasil urbano. A segunda frente, qualitativa, entrevistou 114 mulheres de cinco cidades brasileiras. O objetivo é responder questões levantadas na frente quantitativa, relacionadas às histórias de vida, práticas e discursos, percursos e redes de proteções das mulheres que fizeram aborto em condições ilegais. A pesquisa de campo foi realizada em cinco cidades - Brasília, Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador - e contou com o apoio da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e outras entidades de mulheres.

Conclusões gerais da primeira fase da PNA

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) indica que o aborto é tão comum no Brasil que, ao completar 40 anos, mais de uma em cada cinco mulheres já fez aborto. Tipicamente o aborto é feito nas idades que compõem o centro do período reprodutivo das mulheres, isto é, entre 18 e 29 anos, e é mais comum entre mulheres de menor escolaridade, fato que pode estar relacionado a outras características sociais das mulheres de baixo nível educacional. A religião não é um fator importante para a diferenciação das mulheres no que diz respeito à realização do aborto. Refletindo a composição religiosa do país, a maioria dos abortos foi feita por católicas, seguidas de protestantes e evangélicas e, finalmente, por mulheres de outras religiões ou sem religião.

O uso de medicamentos para a indução do último aborto ocorreu em metade dos casos. Considerando que a maior parte das mulheres é de baixa escolaridade, é provável que para a outra metade das mulheres, que não fez uso de medicamentos, o aborto seja realizado em condições precárias de saúde. Não surpreende que os níveis de internação pós-aborto contabilizados pela PNA sejam elevados, ocorrendo em quase a metade dos casos. Um fenômeno tão comum coloca o aborto em posição de prioridade na agenda de saúde pública nacional.

Principais resultados da primeira fase da PNA

- Os resultados referem-se ao ano de 2010, no Brasil urbano.
- Ao completar 40 anos cerca de uma em cada cinco (mais exatamente, 22%) das mulheres já fez um aborto.
- Como abortar é um fato cumulativo, naturalmente a proporção de mulheres jovens que já fizeram um aborto ao longo da vida é menor, mas ainda assim é alta, sendo 6% entre as mulheres com idades entre 18 e 19 anos. Em outras palavras, já no início da vida reprodutiva uma em cada 20 mulheres fez aborto.
- Contrariamente a uma idéia muito difundida, o aborto não é feito apenas por adolescentes ou mulheres mais velhas. Na verdade, cerca de 60% das mulheres fizeram seu último (ou único) aborto no centro do período reprodutivo, isto é, entre 18 e 29 anos, sendo o pico da incidência entre 20 e 24 anos (24% nesta faixa etária apenas).
- A maior parte das mulheres que realizou aborto teve filhos.
- A incidência de aborto entre as mulheres de diferentes religiões é praticamente igual. Como a PNA reflete a composição religiosa das mulheres urbanas brasileiras, pouco menos de dois terços das mulheres que fizeram aborto são católicas, um quarto protestantes ou evangélicas e menos de um vigésimo, de outras religiões.
- A PNA também mostrou que há uma distribuição espacial clara sobre a prática do aborto. Sua prática é mais comum nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e tem menor incidência na região Sul do país.
- Cerca de metade das mulheres que fizeram aborto utilizaram algum tipo de medicamento para induzi-lo. Os abortos ilegais realizados com medicamentos tendem a ser mais seguros que os que utilizam outros meios, em particular quando o medicamento usado é o misoprostol, popularizado no Brasil na década de 1990. Se fossem feitos sob atenção médica adequada, seriam extremamente seguros.
- Os níveis de internação pós-aborto são elevados e colocam indiscutivelmente o aborto como um problema de saúde pública no Brasil. Cerca de metade das mulheres que fizeram aborto recorreram ao sistema de saúde e foram internadas por complicações relacionadas ao aborto.
- Cerca de 8% das mulheres do Brasil urbano foi internada em razão do aborto realizado. Se o aborto seguro fosse garantido, a maior parte dessa internação poderia ser evitada.